

Presidente Médici: a invenção de um autor

Filipe Menezes Soares

Resumo

Através de um estudo que privilegia a função histórica e cultural desempenhada pelo autor é que, neste artigo, proponho a análise de textos assinados por Emilio Garrastazu Médici entre os anos de 1969 e 1974. Problematizar a autoria do presidente é apontar algumas características do modo de existência, circulação, funcionamento e apropriação dos discursos do governo civil-militar. Ao mesmo tempo, um estudo de autoria também permite realizar uma descrição do momento histórico no qual está inserido o presidente, entendendo as particularidades do período em que responde como chefe de governo (1969 – 1974). A narrativa pretende estabelecer dois movimentos. O primeiro seria alargar os discursos do Médici, abrindo espaço para que sejam reconhecidos os diversos sujeitos, grupos sociais, instituições e representações que compõem essa fala. O outro movimento é entender como a figura de Médici foi construída nesses discursos, onde podemos localizar a subjetividade do autor nos textos publicados e qual papel esse sujeito cumpre na autoria. A partir desse duplo movimento pretendo expor como a autoria contribui para as políticas governamentais da ditadura: Emílio Garrastazu Médici é um autor inventado pelo governo civil-militar.

Palavras-Chave: Médici, autoria, discursos, governo civil-militar

President Medici: the invention of an author

Abstract

Through a study which focuses on the historical and cultural function played by the author I propose, in this article, the analysis of texts signed by Emilio Garrastazu Medici between the years 1969 and 1974. To think about it the authorship of the president is to point some features of the mode of existence, circulation, operation and ownership of civil-military government's discourses. At the same time, a study of the authorship also allows a description of the historical moment in which the president is inserted, understanding the particularities of the period that him responds as head of government (1969-1974). The narrative intends to establish two movements. The first would be to extend the speeches of Medici, making room to recognize the various subjects, institutions and representations that make this speech. The other movement is to understand how Médici was built in these discourses, where we can locate the subjectivity of the author in published texts and what role this subject does in authorship. From this double movement I pretend expose how the authorship supports the dictatorship's politics: Emilio Garrastazu Medici is an author invented by the civil-military government.

Keywords: Médici, authorship, discourse, civil-military government.

Introdução

Médici é um autor¹. Durante a ditadura civil-militar, foi também presidente do Brasil entre os anos de 1969 e 1974. Mas o que me permite afirmar que Garrastazu Médici é um autor? Segundo que condições e sob que formas aquele presidente pôde aparecer enquanto

¹ Ao todo, o Departamento de Imprensa Nacional publicou nove livros com autoria do Presidente Médici. No decorrer do artigo selecionei três obras para análise. As obras aqui citadas encontram-se indicadas na bibliografia.

autor no Brasil do início da década de 1970? Essas são algumas das questões que pretendo debater no decorrer do artigo. Elas também constituem importantes questionamentos para a abordagem da autoria na História.

De maneira geral, o autor se constitui na história. Quando alargo a autoria dos discursos de Médici estabeleço um ponto de encontro entre uma série de acontecimentos ligados à ditadura civil-militar (DOSSE, 2013). Problematizar a autoria em Médici implica realizar uma descrição do momento histórico ao qual está inserido o presidente, retomando as particularidades do período em que responde como chefe de governo (1969 – 1974). Entender as condições que possibilitaram ao Médici ser autor de determinada obra é também um esforço que expõe o funcionamento das práticas discursivas do governo civil-militar entre os anos de 1969 e 1974.

A forma simplificada com que exponho as intenções em discutir a autoria do presidente não exclui a complexidade do problema abordado. A relação do texto com o autor envolve uma série de particularidades. Cada texto aponta para a figura do autor de uma maneira que lhe é própria. No senso comum, a condição de autoria significa atribuir ao sujeito-autor uma posição que é exterior e anterior ao texto. Aparentemente é assim que entendemos um autor. No entanto, desnaturalizar essa relação é conceber a autoria como parte do funcionamento das práticas discursivas. A autoria responde como um princípio que domina a escrita como prática, ou seja, o autor é uma regra da escrita. Mas esse autor não pode ser entendido como um sujeito único que responde pelo texto. Ele é um fluxo que, na escrita, permite a abertura de um espaço onde o sujeito não para de desaparecer. Por sua vez, o desaparecimento do sujeito é um recurso que facilita o entendimento das práticas discursivas. A maneira com que os discursos se articulam nas relações sociais podem ser melhor discernidas quando investigadas com os usos da “função-autor”(FOUCAULT, 2001) ². Através da autoria em Médici é possível apontar algumas características do modo de existência e de circulação dos discursos do governo civil-militar durante o início da década de 1970.

Para realizar um estudo da autoria, selecionei alguns textos publicados em livro pelo

² FOUCAULT, MICHEL. **O que é um autor?** In Ditos e escritos vol. III Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2001. Nesse texto o autor discute a função política e cultural desempenhada pela autoria ao longo de sua história. A investigação de Michel Foucault, através do que costumou chamar de genealogia, busca a emergência da autoria enquanto regra da escrita e suas implicações nos discursos e práticas sociais.

Departamento de Imprensa Nacional. Os livros reúnem os discursos que foram proferidos tanto em eventos públicos específicos como os que foram circulados em rede nacional. Esses pronunciamentos foram todos assinados pelo presidente e posteriormente publicados e distribuídos ao longo do país. São esses pronunciamentos que apresento para análise nesse artigo. São essas publicações que conferem ao então chefe de Estado a condição e status de autor.

Escolhi utilizar os livros de uma maneira que abre espaço para pensarmos as fontes como caminhos que não encerram questões, mas estabelecem problemas. A partir de determinada concepção de governo, os discursos reunidos nas publicações abarcam os mais variados temas da realidade nacional. Estão estritamente ligados ao conjunto de políticas públicas posto em prática pelo governo civil-militar. Para além dos pronunciamentos, antes de serem finalmente publicados e distribuídos, importa dizer que passaram por um minucioso trabalho de seleção e agrupamento. Cada título reúne um conjunto de discursos relacionados entre si. É difícil acreditar que o presidente tenha tido total autonomia no processo de edição e publicação das obras, ou que mesmo tenha sido responsável único pela escrita dos textos. Elio Gaspari chega a afirmar que Médici “Presidiu o país em silêncio, lendo discursos escritos pelos outros, em confraternizações sociais, implacável com mexericos”³.

Se eram escritos por Médici ou por assessores do governo, não importa. O que é relevante para a discussão que aqui apresento é o fato da autoria ter sido remetida ao Presidente. O presidente-autor é uma relação que permite a discussão do modo de circulação e funcionamento dos discursos e políticas públicas da ditadura. A autoria é uma regra que nos transporta ao início da década de setenta e autoriza a problematização histórica do período.

A ditadura e o presidente-autor

É muito difícil, diria praticamente impossível, estabelecer um estudo da autoria sem recuperar o momento histórico no qual está inserido. Neste caso, seria um erro isolar a figura do presidente Garrastazu Médici sem estabelecer uma discussão da ditadura e das circunstâncias que marcaram o período.

Em 13 de Dezembro de 1968 foi declarado o Ato Institucional Número Cinco,

³ GASPARI, Helio. **A ditadura Escancarada vol. 2 – As ilusões Armadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

promulgação que dissolveu o congresso e estabeleceu os mecanismos legais para institucionalizar, de maneira ainda mais efetiva, a repressão policial e militar à cidadãos, instituições e movimentos de resistência ao regime. O terceiro governo da revolução herdou o AI-5 menos de um ano após sua promulgação. Crescia a mobilização política contra o governo da ditadura que, por sua vez, já respondia com prisões, torturas e assassinatos ⁴. Desde o AI-5 até o fim do governo Médici costumou-se denominar o período como “anos de chumbo”. Sem dúvida que após o AI-5 a repressão armada e, de maneira geral também a censura, atingiram um autoritarismo sem limites. Contudo, a definição “anos de chumbo” resumia esse período às práticas da repressão. Ao meu ver esse “reducionismo” não dá conta da complexidade que foi a ditadura no país. O governo da ditadura e, em especial, o próprio governo Médici, sempre se esforçou para se aproximar da população e constituir sua legitimidade. Não foi apenas com armas que a ditadura foi mantida, mas a construção de sua legitimidade foi determinante para a manutenção de um governo que durou aproximadamente vinte anos. A autoria, portanto, remete a uma das estratégias de aproximação da população e de constituição de legitimidade do governo.

A maioria dos governos ditatoriais sempre utilizaram de uma estratégia política que buscasse fortalecer a identidade pessoal de seus maiores representantes. O general Garrastazu Médici cupa a cadeira da presidência após um período em que o governo foi comandado por uma junta militar. O governo necessitava de uma grande figura pública que o representasse. Médici foi escolhido, dentre outras questões, para representar essa figura pública. Diante desse cenário é que sugiro ser a autoria uma das estratégias que colaborou também com a construção da identidade pessoal do presidente, fortalecendo, por parte da população, a apropriação dos discursos de governo.

Médici não era apenas o porta-voz do governo e o responsável pelo diálogo com a população, mas seu próprio autor. A autoria criava um canal direto entre o governo e a população. Era uma das estratégias que visavam garantir a segurança e o apoio ao governo. Por sua vez, a segurança e o apoio foram construídos por meio de políticas e discursos que vieram acompanhados de uma série de medidas repressivas que desarticularam as

⁴ A respeito das práticas de tortura do regime militar, ver MONTEGRO, ANTONIO. **História e Memória de Lutas Políticas in Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

organizações políticas de resistência⁵.

No terceiro governo da ditadura foi produzida uma retórica triunfalista que consagrava o momento de desenvolvimento econômico do país. Os discursos produziram amplo efeito de verdade e renderam altos índices de aprovação ao governo. Segundo Maria José de Rezende, esses índices chegaram a 80% de aprovação⁶. O então sucesso atingido pelo governo estava diretamente associado à propaganda e à multiplicação dos pronunciamentos oficiais (FICO, 1997). Esses pronunciamentos eram associados à figura do presidente. Remeter a autoria dos discursos ao Médici era colocar o presidente na origem do que era dito pelo governo. Para criar um ambiente de aproximação entre vontade popular e políticas governistas, a “função autor” cumpriu um papel importantíssimo. Através dos pronunciamentos a população tomava conhecimento das políticas do governo. Os discursos de Médici representavam as concepções da ditadura civil-militar no início da década de 1970. Enquanto autor, era ele mesmo o responsável pelo o que estava sendo dito e era nele em quem a população devia confiar.

Um outro ponto, também ligado ao que entendo por autoria, permite um novo paralelo com o regime civil-militar no Brasil. No texto “*o que é um autor?*” (FOUCALT, 2001) encontramos um esforço intelectual que opta por construir uma genealogia da autoria. A necessidade em atribuir um autor para as obras literárias emerge, inicialmente, pela forma de propriedade e pelo que poderíamos chamar de apropriação penal. O autor nasce inserido no sistema de propriedade ao mesmo tempo em que a escrita passa a ser vigiada mediante a possibilidade de carregar um conteúdo transgressor. Historicamente, assim como os discursos, a escrita traz consigo um campo bipolar: o lícito e o ilícito; o sagrado e o profano; o proibido e o legítimo. Quando as regras sobre os direitos do autor foram estabelecidas, reconhecendo dessa maneira a autoria, mais fácil foi controlar a possibilidade de transgressão que pertencia à escrita. É justamente esse lado transgressor que me interessa aqui. A “função autor” está ligada ao sistema jurídico e institucional. A jurisdição contém, determina e articula o universo dos discursos.

Sendo assim, à medida que os discursos são também uma prática, ou seja, são atos

⁵ No início do governo Médici era criado o DOI-CODI (O Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna), órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante o regime da ditadura.

⁶ REZENDE, MARIA JOSÉ DE. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964 – 1984**. Londrina: UEL, 2001.

(FOUCAULT, 1996), faz-se necessário saber quem é responsável por eles. A responsabilidade por um texto, por uma pintura, uma peça, enfim, por um discurso, é atribuída a partir da autoria. Portanto, existe uma ligação entre a função autor e o direito de vigiar, censurar, julgar e punir, exercido por uma autoridade ou um poder. Ora, além da propaganda, outro pilar da ditadura foi justamente a capacidade e insistência na vigilância e na censura⁷. Através desse jogo, o governo civil-militar não parava de instituir o que mais acima chamei de bipolaridade dos discursos. Os pronunciamentos do presidente carregam as definições que atribuíam o lícito e o ilícito, o que era passível de ser praticado e o que era proibido.

O governo civil-militar reprimia o que não deveria ser dito ao mesmo tempo em que instituía o que deveria ser dito e, por conseguinte, seguido, praticado, legitimado. Daí a insistência e o esforço sistemático pela propaganda governista e pela difusão dos pronunciamentos. As obras realizadas pelo Departamento de Imprensa Nacional e assinadas pelo presidente Médici estão inseridas nessa estratégia do governo civil-militar. Como veremos a seguir, são esses discursos que criam a visibilidade de um Brasil promissor. O sentimento de Brasil, o “ame-o ou deixe-o”, caminha lado a lado à retórica triunfal dos discursos de Médici.

Discussão da obra

Estar na origem do que foi dito ou escrito não faz do indivíduo um autor. O presidente Médici não é o criador único do que está sendo veiculado em seus discursos. Um discurso, um texto, dá lugar a vários sujeitos. Diferentes egos podem ser encontrados na formação do que está sendo dito. Um discurso expõe várias posições que podem ser ocupadas por classes e grupos sociais distintos.

Por um longo tempo costumou-se chamar o governo do Brasil, entre as décadas de 60 e 80, de ditadura-militar. Essa denominação dava a entender que o governo do período teve comando exclusivo, ou ao menos predominante, das forças armadas. Sim, a participação dos militares foi decisiva para o afastamento do então presidente João Goulart e para a posterior manutenção de um regime de governo autoritário. As armas que impuseram o golpe foram as

⁷ FICO, CARLOS. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão**. In *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins doséculo XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.*

mesmas que barraram a resistência à ditadura. No entanto, a medida que a historiografia do período foi se tornando mais complexa, a composição desse governo pôde ser melhor problematizada. A pesquisa histórica possibilitou trazer a tona a importância da participação civil tanto para a realização do golpe político quanto para a legitimidade da ditadura. A historiografia passou a reivindicar uma nomenclatura para o governo da ditadura que abarcasse a participação civil e a legitimidade concedida pela população. O termo tido como mais coerente para denominar o período ainda é o de governo civil-militar⁸.

Essa concepção vai ao encontro do que proponho com o estudo de autoria do presidente Médici. Ao isolar certos pronunciamentos é possível identificar posicionamentos que remetem à participação de setores da sociedade civil no governo da ditadura. O presidente Médici é um militar, mas seus discursos não são constituídos somente a partir das forças armadas. Perceber nos pronunciamentos os momentos em que aparecem determinados sujeitos e determinadas instituições é um caminho que aponta para a tese de que a formação do governo da ditadura envolve uma importante participação civil.

Nos pronunciamentos do presidente Médici é possível perceber como o autor constrói uma representação da sociedade brasileira para a formação dos seus discursos. O governo só é legítimo se “fala a mesma língua” da população a ser governada. O ato de governar implica em uma série de relações. Para que essas relações de governo sejam garantidas, os discursos e práticas das instituições e os desejos da população devem estar aproximados (FOUCAULT, 2008). Os discursos só podem ser apropriados a medida que dialogam com uma série de posições e sujeitos que estão distribuídos na sociedade.

No livro intitulado “*Nova Consciência de Brasil*”⁹ estão reunidos os pronunciamentos do presidente no primeiro trimestre de 1970. Este é apenas o segundo volume dos discursos de Médici. Considero o livro uma importante fonte para visualizarmos com quem está comprometido o terceiro governo da ditadura. Ou seja, com quais sujeitos e grupos sociais o presidente está dialogando e quem está ao seu lado na formação de seu governo.

O pronunciamento que compõe o livro foi também lido em rádio e televisão, por ocasião do sexto aniversário da ditadura. Médici afirma:

⁸ Sobre a composição dos grupos de poder na ditadura utilizo como principal referência as obras do Professor Doutor Carlos Fico, Professor Titular de História do Brasil na UFRJ.

⁹ PRESIDENTE MÉDICI. **Nova Consciência de Brasil**. Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

“A força inspiradora da Revolução de Março vem das luzes do Aleluia, na simbologia do ressuscitar, do renascer. Os revolucionários da primeira hora sentem essa força dentro de si mesmos, compreendendo que o clarão da Páscoa dilui a sombra do Calvário. O futuro do Brasil pede dos que depois aceitaram a Revolução, dos que afinal reconheceram os seus serviços, ou dos que somente compreenderam ou a ela inclinaram, a grandeza de tê-la como o começo de um novo tempo” (MEDICI, 1970, p. 93).

Esse discurso revela como o governo se apropria de imagens e representações da tradição cristã-católica para reforçar a defesa da ordem civil militar que foi instalada no Brasil. Na madrugada do dia 1º de Abril de 1964 era realizado o golpe que inaugurava a ditadura civil-militar. Era tempo de Páscoa – importante momento do calendário cristão. O governo explora esse acontecimento para relacionar o golpe de Estado, do qual chamam “Revolução”, com a inauguração de um novo tempo. Nas palavras de Médici, o governo civil-militar aparecia como um novo tempo para a história do Brasil. Era a salvação para o país. Comparada ao tempo do ressuscitar e do renascer, a ditadura seria uma espécie de redenção nacional.

Essa relação entre governo e cristianismo não pode ser entendida de maneira natural. Ela responde a uma estratégia de governo que pretende se aproximar da Igreja Católica e de um setor da população do qual os militares se uniram para a realização do golpe. Outra passagem do mesmo pronunciamento esclarece essa questão:

“A nação se lembra da Quaresma de 1964, para nós bem mais triste do que todas, porque então se crucificavam os valores democráticos e cristãos da alma brasileira, no cerco da desordem e da turbulência, da injustiça, da demagogia e da intimidação, que haveria de fechar-se na tormentosa sexta-feira 13.

Está bem viva na memória do país a marcha da família, pelas ruas, do sentimento religioso cristão de nosso povo, exigindo o fim de todos os desmandos (MEDICI, 1970, p. 87)”.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, como ficou conhecida essa manifestação de rua, reuniu algumas pessoas que se sentiam ameaçadas pela possibilidade de uma transformação radical na sociedade brasileira. As ameaças eram enxergadas nas “reformas de base” propostas pelo então presidente João Goulart e na aproximação dele a países como China e União Soviética (BARRETO & FERREIRA, 2012). Cresceram os

boatos de um governo popular de influências comunistas. Os boatos propagavam os perigos que o comunismo oferecia à Igreja, à família, à moral e aos bons costumes da população cristã (MONTENEGRO, 2010). O movimento pela “Revolução do 31 de Março” se apoiou nessa parcela da população que por sua vez estava disposta a legitimar o governo que brecasse a possibilidade de uma intervenção comunista e barrasse as ameaças às tradições cristãs da população brasileira. Os discursos do terceiro governo continuaram recorrendo a esse grupo para manter a legitimidade da ditadura civil-militar.

Um outro importante segmento da sociedade na composição do governo civil-militar é o setor empresarial privado. Um conjunto de empresas nacionais e internacionais que participaram dos projetos do governo civil-militar. A esses empreendedores e corporações o governo estava sempre rendendo seu apoio (GUIMARÃES NETO, 2002). Por ser o comunismo e, por conseguinte, a estatização das forças produtivas uma das constantes justificativas ao golpe, a união dos militares com a iniciativa privada expõe a economia política do governo civil-militar. O presidente insistentemente manifestava seu apoio à iniciativa privada:

Assim sendo, desejo definir aqueles objetivos nacionais que considero prioritários do meu governo. Quero referir-me, primeiro, à concentração de esforços no sentido de que seja alcançado um ritmo de *desenvolvimento acelerado e sustentável*. Busco a compatibilidade desse esforço desenvolvimentista com a *estabilidade interna* consubstanciada na segurança. E procurarei alcançar esse desenvolvimento e essa segurança com a *construção de uma sociedade politicamente aberta*, que concilie a necessidade de manutenção da aceleração do desenvolvimento com a manutenção das liberdades e com **o maior grau possível de privatismo e descentralização do poder econômico**. (MÉDICI, 1970, p. 65, grifo nosso)

O desenvolvimento econômico do país, objetivo central do governo Médici, só poderia ser realizado pela aliança entre o Estado e o capital privado (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1972). Todos os grandes projetos e grande obras contaram com a participação desse setor. Estar ao lado da iniciativa privada demarcava o compromisso do governo civil-militar com o capitalismo. Essa concepção de governo também manifesta a participação de grupos empresariais na sua própria composição. Os empresários estavam ao lado da ditadura e construíam o governo que lhes rendiam lucros. A legitimidade do governo-civil militar contou com o apoio e participação da iniciativa privada, classe que detinha a

força do poder aquisitivo.

Em outro discurso do presidente é possível visualizar como é definido o grupo político concorrente dos projetos e das concepções econômicas do governo civil-militar:

“A prosperidade ou crescimento econômico se converte, pois, em nossos dias, em elemento essencial para que se possa alcançar o bem-estar coletivo. Pecaria, realmente, contra o senso comum quem pretendesse distribuir, em proporções cada vez maiores, bens que na mesma razão não crescessem” (MEDICI, 1970, p. 48).

Era inimigo da ditadura quem defendesse a imediata distribuição de renda e propriedade no Brasil da década de 70. O discurso da distribuição de renda e propriedade era levado a cabo por aqueles indivíduos que compunham organizações de bases comunistas, mas também por uma série de políticos que compunham o governo do país no momento do golpe. No início da ditadura era esse mesmo discurso que ameaçava as tradições cristãs, a família e a propriedade de parte dos brasileiros.

Logo depois do golpe, uma série de conflitos políticos marcaram o país. Como dito acima, no terceiro governo também existia a resistência de certo grupo da população à ditadura. Diante dessas situações, a participação dos militares foi determinante para blindar o governo. E os discursos do general Garrastazu Médici também estavam carregados pela presença das forças armadas:

“E aqui me faço solidário com todos aqueles que, no anonimato e com o risco da própria vida, agentes injustiçados da segurança deste país, enfrentam, de peito aberto, a contestação, a violência, a libertação dos instintos, o desrespeito à lei. Graças aos seus sacrifícios, estamos vencendo o terrorismo de minoria enganada pela falácia de sistemas de vida incompatíveis com a índole de nossa gente e vislumbramos já a total normalização da vida nacional” (MEDICI, 1970, p. 80).

A segurança necessária à continuidade da ditadura é garantida pelo militarismo das forças armadas. O pronunciamento do presidente traz a importância da participação militar para a manutenção do governo. Segundo a retórica do presidente Médici, para a realização do desenvolvimento econômico e para a manutenção dos princípios cristãos era necessária uma segurança que só os militares poderiam garantir.

Porém, os militares também aparecem nos discursos cumprindo outra função que não só a de garantir segurança à população brasileira. O perfil militar do próprio presidente é também exaltado no que toca a suas condutas enquanto chefe da nação. Alguns princípios militares são por ele defendidos em discurso proferido na Vila Militar do Rio de Janeiro, em 21 de Fevereiro de 1970:

“Tenho pautada minha conduta nos princípios básicos que os camaradas conhecem e praticam; **o respeito à autoridade, a firmeza de propósito, a autenticidade, a clareza de atitudes, a austeridade, a disciplina e a hierarquia.** Na reciprocidade, tenho consciência de que tôdas as minhas atitudes e determinações de Comandante-em-Chefe terão a plenitude da correspondência de meus comandados, dentro do rigor das normas institucionais que nos regem a todos” (MEDICI, 1970, p. 30, grifo nosso).

Esses são alguns dos princípios de uma formação militar que, segundo o próprio Médici, eram marcas de sua postura enquanto presidente. Mais do que formar a conduta de um indivíduo, esses valores constituem determinado perfil de governo.

Autoria e identidade pessoal

A função exercida pela autoria é que conduz o que está sendo dito e escrito pelo governo a uma individualidade autoral única. A autoria é então um princípio de identificação dos discursos. A partir dos pronunciamentos do presidente Médici foi possível visualizar diferentes egos, diferentes grupos, sejam eles concorrentes ou colaboradores. Mas não seria exatamente a potencialidade adquirida pelos discursos, no momento em que são atribuídos a certo autor, que atestam o privilégio do sujeito nos estudos de autoria? Neste caso, não seria mais importante ao estudo de autoria analisar as potencialidades adquiridas pelo discurso oficial no momento em que Garrastazu Médici torna-se o seu autor? Que lugar o presidente pôde ocupar em cada discurso e que funções ele exerceu são questões que não retomam um sujeito originário, mas os modos de funcionamento desse sujeito. O sujeito é uma função variável e complexa do discurso.

Os pronunciamentos estão relacionados à composição e às políticas do governo civil-militar. Assim como, no momento em que os discursos são publicados, o próprio presidente se torna único autor e seus pronunciamentos são remetidos a uma única identidade pessoal. Mas o fio condutor de minha análise é entender que transformar o presidente em autor é uma

mecanismo de difusão, status e interpretação dos discursos do governo civil-militar. Médici é então um autor inventado pela ditadura civil-militar.

No entanto, nem todos os discursos oficiais compostos no Departamento de Imprensa Nacional atribuem a autoria ao presidente Médici. Apenas alguns pronunciamentos por ele lidos em determinados eventos foram publicados com sua assinatura. Mas o presidente é o maior porta-voz de seu governo. Por ser figura pública, tudo o que por ele for dito pode ser identificado como concepção de seu governo.

Apesar de ser um autor inventado, existem alguns elementos que garantem a ligação entre o indivíduo Médici e os seus ditos e escritos. O nome do autor é uma descrição que envolve tanto a sua biografia quanto o conjunto de textos publicados por ele. A ligação entre o autor e sua obra podem ser retomadas através de uma série de passagens contidas em seus próprios pronunciamentos.

No dia 3 de março de 1973, o presidente Médici se encontrava no interior do Rio Grande do Sul, mais precisamente na sua cidade natal, o município de Bagé. Em discurso proferido no Clube Comercial, Médici afirmava:

“Em todos os intervalos de minha vida profissional, totalmente dedicada ao Exército, sempre me encontrei entre vós. Aqui recebi minhas primeiras lições de meus pais e de meus mestres e, assim, aqui formei o meu próprio lar. Os valores fundamentais da vida, o culto à Religião, à Pátria e à Família; a consciência de que não se pode fugir a nenhum sacrifício para se honrar as convicções ou a palavra empenhada; (...) - foram algumas das coisas que aprendi, que me fizeram ser o que sempre fui e serei: um homem de campanha” (MEDICI, 1970, p. 37).

Aponto agora algumas características da pessoa Médici, definidas pelo próprio indivíduo, que atestam algum tipo de ligação com os textos de sua autoria. O apelo à religião cristã é uma delas. O discurso cristão do governo civil-militar está associado ao apoio recebido dos setores conservadores da Igreja Católica, assim como das pessoas representadas pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada primeiramente em São Paulo. A regularidade com que aparece o cristianismo nos pronunciamentos do presidente também pode ser associada à descrição do autor. Segundo o próprio Garrastazu Médici, foi na sua cidade natal, ou seja, desde o início de sua vida, que aprendeu os valores de culto à religião e à família.

Mais na frente o presidente também se define como um “homem de campanha”. Como dito no pronunciamento acima, a vida profissional de Médici se deu integralmente dentro do Exército brasileiro. Foi aí que empreendeu sua campanha. Médici participou ativamente do movimento que em 24 de Outubro de 1930 depôs Washington Luís e em 3 de Novembro colocou Getúlio Vargas no poder. No dia 6 de Outubro daquele ano foi comissionado pelo próprio Vargas como chefe supremo dos revolucionários. Como oficial, conduziu as tropas de seu regimento até o ponto de junção das forças rebeldes. Era mais um acontecimento da história do país que contava com a participação política dos militares.

Em 1969, já no decorrer da ditadura, Médici foi promovido ao posto mais elevado de sua carreira militar. Nesse ano, foi nomeado pelo então presidente Costa e Silva para assumir o comando do III Exército Brasileiro. Dois anos antes, contudo, Médici já ocupava cargos elevados no governo civil-militar. Em 1967 se tornou chefe do SNI – o Sistema Nacional de Informação. O SNI foi um órgão criado em 1964, no decorrer da própria ditadura. Importante Órgão de Inteligência, o SNI era responsável, dentre outras funções, por formar os agentes militares que se envolviam com a repressão das organizações políticas resistentes à ditadura civil-militar.

Suponho, que o fato de Médici ter ocupado o posto máximo do SNI também contribuiu para a regularidade com que aparecem nos discursos oficiais o objetivo do governo em afastar as “ameaças políticas” que combatiam o regime. A cruzada contra a “subversão” foi radicalizada durante o governo do general Médici. O assassinato de importantes indivíduos que compunham a resistência, como Carlos Mariguella, e o genocídio cometido na guerrilha do Araguaia, foram alguns dos acontecimentos que marcaram o terceiro governo da ditadura.

Ainda no discurso proferido em bagé, Médici afirma:

“Mais do que os usos e os costumes típicos; mais que o pastoreio, o chimarrão, o manejo do laço e boleadeiras, o pala e a bombacha; mais do que todos esses padrões culturais que foram impostos às diversas correntes de imigrantes, que vieram formar o Rio Grande do Sul – os gaúchos souberam construir um sistema de princípios morais a que nenhum de nós pode trair, sem se trair a si mesmo (MEDICI, 1970, p. 38)”.

Nessa passagem, Médici apresenta alguns padrões culturais que formam a identidade do gaúcho. Contudo, aponta que esses costumes foram impostos à corrente de imigrantes que

formaram o Rio Grande do Sul. Médici era ele próprio filho de imigrantes. Seu pai era comerciante e fazendeiro de origem italiana e sua mãe descendia de ricos estancieiros de origem basca¹⁰. Para ele, mais importante que assimilar os elementos culturais que lhe foram impostos, a identidade gaúcha lhe ofereceu o que tinha de melhor: “um sistema de princípios morais”. No pronunciamento é possível observar um deslocamento que desconsidera a herança cultural gaúcha em troca da invenção de um conjunto de princípios morais que compõe a identidade daqueles que nasceram no Rio Grande do Sul.

Esse conjunto de princípios morais está ligado aos ensinamentos recebidos e aprimorados durante quase meio século na escola do Exército Brasileiro. Médici era um militar de carreira. Enquanto presidente, tentava aplicar os conhecimentos cívicos difundidos nas academias militares. Os princípios morais presentes na vida Emilio Médici e aprimorados na sua carreira militar são também encontrados na produção dos discursos dos quais o presidente responde pela autoria. O que importa é perceber que a experiência de vida de Médici, sua formação e carreira profissional, contribuiu para que se tornasse o presidente do país no ano de 1969 e, por conseguinte, autor de uma série de textos. Se sua trajetória permitiu que ele fosse presidente, permitiu também que fosse autor, influenciando o que estava sendo dito e escrito pelo presidente. Nesse caso, foi por ter sido presidente que o porta-voz do governo foi também autor.

Discursos e políticas do governo civil-militar

A autoria de Médici autentica as intenções de seu governo. É criado um efeito do qual não haveria prática relevante que não estivesse sendo dita por sua maior autoridade. Essa conclusão me é permitida não somente através dos livros do qual Emilio Garrastazu Médici é autor. Junto aos livros publicados, estão uma série de realizações e projetos que corroboram com os discursos publicados. Os textos estão vinculados a um conjunto sistemático de políticas públicas que lhes dá garantia. Esses pronunciamentos estão sendo acompanhados por grandes projetos de governo, como o Plano de Integração Nacional, que articula a construção

¹⁰ As informações referentes à vida e à carreira militar de Emilio Garrastazu Médici foram retiradas do verbete de tipo biográfico escrito por Sônia Dias, presente no arquivo do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas. Segue a referência desse texto: MÉDICI, Emilio Garrastazu, *militar; rev. 1930; ch. SNI 1967-1969; comte. III Ex. 1969; pres. Rep. 1969-1974.

de grandes rodovias e a inserção da agroindústria na Amazônia.

Uma das maneiras da população ter contato com os objetivos políticos do governo é justamente através das palavras do próprio presidente. Palavras essas que agora já não estão dispersas em seus pronunciamentos, mas reunidas em texto, publicadas em livro. O presidente não é mais somente aquela figura pública que comanda o Estado brasileiro. É também autor e, como tal, reveste seu discurso com um novo compromisso e autoridade.

No caso dos pronunciamentos do presidente Médici, uma vez que se tornam obra, suas palavras ganham uma nova força e um sentido mais complexo. Elas se afastam do que é imediatamente consumível para ser recebida de uma determinada maneira e que deve, no interior da sociedade, receber um certo status. O que o governo faz é instaurar, através da autoria atribuída ao presidente, um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser. As obras carregam uma certa regularidade no que está sendo dito, ao mesmo tempo em que os discursos estão todos articulados aos projetos e políticas públicas do governo civil-militar entre os anos de 1969 e 1974.

Ao escolher estudar esse período através de um estudo de autoria, estabeleço algumas relações que envolvem certa maneira de pensar a história. É importante afirmar que os discursos do governo são aqui estudados a partir de suas modalidades de existência. As fontes são justamente aqueles textos dos quais ao Médici é atribuída uma posição de autor. Portanto, não me interessa buscar os conceitos operados pelo presidente no decorrer de seus textos – como denominar o golpe militar de “Revolução”. O estudo da autoria contribui com o entendimento da maneira com que os discursos se articulam nas relações sociais. Ou seja, propor a relevância de um estudo que problematiza o presidente enquanto autor é encarar que essa operação está ligada à maneira como a sociedade brasileira da época se apropriou dos discursos do governo e, em sua maioria, legitimou suas políticas. Um autor não está na origem do que está sendo dito ou escrito por ele. Os discursos estão distribuídos no cotidiano. Sua dimensão prática é justamente a maneira com que as pessoas reproduzem esses discursos no seu dia-a-dia. Portanto, ao me lançar sobre os discursos oficiais, tenho a consciência de que eles não se originam no próprio Estado. Eles são recortados, reagrupados, selecionados e ordenados por esse local de enunciação. É justamente por não partirem do Estado, mas por refletirem uma série de grupos e classes sociais, que os pronunciamentos de Médici

encontram o eco necessário ao exercício de seu governo

Isso não significa que, na relação entre governo e população, a autoria seja uma condição aos chefes de Estado para uma relação de governo estável. Neste estudo, destaco que a apropriação dos discursos varia de acordo com cada cultura e com cada momento histórico específico - assim funcionou no Brasil do início da década de 70.

Os textos assinados por Médici me permitem cercar os discursos oficiais do governo civil-militar. Considero dessa forma que todos os textos atribuídos ao presidente são eles próprios um conjunto de objetivos, metas e realizações do governo da ditadura. Já o esforço por parte do governo em publicar e distribuir os textos de autoria do presidente está associado à necessidade de um governo ditatorial em garantir a propagação de um discurso unilateral, ao mesmo tempo que perseguia e censurava possíveis críticas. Contudo, a força que os textos exerceram só pode ser mensurada quando inserida no conjunto de realizações e práticas do governo. Ao isolar a autoria para pensarmos a apropriação desses discursos, posso afirmar que ela é determinante para o status adquirido pelos pronunciamentos. Os textos são envoltos por uma noção de autoridade que só a autoria é capaz de garantir-lhes.

Uma outra questão fortalece a noção de autoridade atribuída aos pronunciamentos do presidente: o lugar de enunciação do qual Médici profere seus discursos. Esse lugar é justamente o Estado. Como venho analisando, Médici não é apenas um autor; ele é um autor-presidente. Isto fortalece seus argumentos e os revestem duplamente por uma noção de verdade e de autoridade. Tanto por ser autor, como também presidente, seus discursos são duplamente formados pelas formas institucionais e jurídicas.

Médici: a invenção de um autor

Por fim, pretendo detalhar o papel do governo na produção dos discursos e na atribuição da autoria a Médici. Como antecipei acima, a noção de verdade está imbricada na noção de autoridade. Os discursos do governo civil-militar são exemplos que expõem com competência essa relação entre verdade e autoridade. Ao Estado cabe os cálculos que permitam uma melhor gestão da população a ser governada (FOUCAULT, 2008). Os discursos que acompanham a interdição governamental são então carregados pela verdade.

Dito de outra maneira, todos os pronunciamentos do presidente manifestam a vontade de estabelecer o que está sendo dito como verdadeiro. Isso porquê, nesses discursos estão contidas as intenções, objetivos, projetos e metas do governo da ditadura entre os anos de 1969 e 1974. Se o que está sendo dito pelo presidente não for tomado como verdade, como pôr em prática as políticas públicas do governo civil-militar? Portanto, ter vontade de estabelecer algo que se tome por verdadeiro é assumir também uma vontade de interdição.

Se a verdade é utilizada como um caminho para a interdição, ela é também produtora de algo artificial. Vejamos. O que está sendo dito pelo presidente Médici são argumentos que vão ao encontro da concepção governista da realidade nacional. Tal concepção estava longe de ser a única maneira de se pensar os rumos do país. Apesar dos índices indicarem 80% de aprovação (REZENDE, 2013), havia oposição e resistência ao governo. Existiam outros discursos e práticas que, dentre outras coisas, condenavam a repressão da ditadura e sua aliança com o capital privado. Esses grupos oposicionistas estavam do lado de outras verdades que não as do governo civil-militar. Sendo assim, as opiniões do governo civil-militar naquele momento da ditadura não envolvem o desejo de toda a sociedade, mas eram hegemônicas. Por serem aceitas enquanto verdade pela maioria, eram as concepções do governo que modelavam a realidade nacional. Os pronunciamentos do governo Médici não manifestam uma verdade absoluta. Mas no momento em que foram esses os discursos que articularam as interdições do governo civil-militar, todos os pronunciamentos passam, hegemonicamente, a serem revestidos pela verdade.

Se a verdade é produtora de algo artificial, como pensar então a autoria? A condição de autor estaria ela própria imbricada no jogo das representações que constituem essa artificialidade. Uma vez que aceitamos que o conjunto de discursos do governo civil-militar estão articulados com suas políticas, aceitamos também que o que está sendo dito pelo presidente não representa apenas suas concepções. Como discutido anteriormente, os pronunciamentos, assim como as políticas da ditadura, são elaboradas com a contribuição de uma série de “posições-sujeito” envolvidos com os projetos de governo. Os discursos remetem a uma série de grupos sociais que compõe o governo civil-militar. Assim como a verdade é artificial, também o é a autoria. Médici é um autor inventado.

O responsável direto pelos discursos do governo civil-militar, entre os anos de 1969 e

1974, era então a sua maior autoridade. De início nada mais óbvio que responsabilizar o presidente pelas ações de seu governo; ou fazer do presidente o autor dos pronunciamentos de governo. Mas o estudo da autoria não se limita a entender a atribuição de um discurso a um indivíduo. O autor exerce uma função. Sendo assim, o que me interessa com o estudo da autoria não se forma espontaneamente como a atribuição de um discurso a um indivíduo. É uma operação complexa que constrói um certo ser de razão que se chama autor. Aqui, esse ser de razão atende pelo nome de Emilio Garrastazu Medici. Ao general é atribuída a autoridade para poder falar de uma série de problemas, projetos e soluções para a realidade nacional. E quando o mesmo presidente se torna um autor, ele se transforma em um indivíduo que por sua vez é profundo conhecedor da realidade nacional. A esse indivíduo a população poderia confiar o destino do país.

Essas são algumas características que fazem do autor uma função. O esforço intelectual que permite pensarmos o que é um autor em nossa sociedade, o que faz dele uma função, é o mesmo que nos permite entender o autor enquanto uma ficção. Na investigação dos mecanismos sociais e institucionais que resultaram na atribuição da autoria ao Presidente Médici está exposta a frágil relação entre o autor e sua obra. Portanto, a função-autor não é somente uma função, mas também uma ficção. O autor Médici é uma invenção do governo civil militar.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, JOSÉ MURILO DE. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CHARTIER, ROGER. **O que é um autor? Revisão de uma genealogia**. São Paulo: EdUFSCar, 2012.

DOSSE, FRANÇOIS. **Renascimento do Acontecimento**. São Paulo: Unesp, 2013.

FICO, CARLOS. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão**". In O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, CARLOS. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FOUCAULT, MICHEL. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, MICHEL. **O que é um autor?** In Ditos e escritos vol. III Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2001.

FOUCAULT, MICHEL. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUIMARÃES NETO, REGINA B. **A lenda do ouro verde: política e colonização do Brasil Contemporâneo**. Cuiabá: UNICEM, 2002.

GASPARI, Helio. **A ditadura Escancarada vol. 2 – As ilusões Armadas**. São Paulo: Compainha das Letras, 2012.

MÉDICI, EMÍLIO GARRASTAZU. **Nova Consciência de Brasil**. Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

MÉDICI, EMÍLIO GARRASTAZU. **O povo não está só**. Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

MÉDICI, EMÍLIO GARRASTAZU. **Tarefa de todos nós**. Departamento de Imprensa Nacional, 2ªed, 1973.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Metas e bases para ação de governo**. Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

MONTEGRO, ANTONIO. **História e Memória de Lutas Políticas** in Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

MONTENEGRO, ANTONIO. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

REZENDE, MARIA JOSÉ DE. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964 – 1984**. Londrina: UEL, 2001.

BARRETO, TULIO & FERREIRA, LAURINDO (orgs). **Na trilha da golpe: 1964 revisitado**. Recife: A fundação; Editora Massangana, 2012.

